

Demonstrações Financeiras

MGI Minas Gerais Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Os valores monetários estão expressos em milhares de reais, salvo quando indicado de outra forma

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Iniciamos o exercício de 2022 na expectativa de normalização da atividade econômica no país com a melhora no quadro da pandemia COVID-19 e um horizonte favorável para o mercado de trabalho. O resumo do contexto nacional no ano foi alinhado a um cenário de recuperação, apesar do quadro desafiador em função dos juros altos, das questões políticas e geopolíticas.

As atividades operacionais da MGI de maior relevância foram altamente impactadas pela taxa Selic, tanto do lado da receita, especialmente a variação monetária que representou 25% da receita operacional do período, quanto do lado do custo, com destaque para as debêntures de 5ª emissão, cujo dispêndio representou 51% do custo total. Os ativos de maior significância (ações CMIG4), vinculados ao contrato de opções flexíveis, sofreram uma desvalorização no período encerrado. Tal situação, gerou impacto negativo sobre os investimentos em participação acionária e positivo em relação ao valor justo das opções flexíveis de compra e de venda.

No período, a MGI cancelou o seu registro de companhia aberta junto à CVM e liquidou a 2ª Emissão de Debêntures. Além disso, apresentou como principais ações gerenciais o aprimoramento dos mecanismos e parâmetros para avaliação célere e precisa dos resultados por carteira de negócios, conforme previsto no Plano de Recuperação Financeira, ampliou sua carteira de clientes, manteve o trabalho ativo para saneamento das pendências de convênios, aprovou as políticas de gestão de capital e de conflito de interesse, estreitou a parceria junto à Controladoria Geral do Estado para a continuidade dos trabalhos relacionados ao Plano Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), buscou a capacitação dos seus colaboradores por meio de treinamento personalizados para cumprimento das demandas estratégicas.

Mantendo a meta de aperfeiçoamento constante da sua gestão, vem aprimorando as ferramentas e técnicas de controle da produtividade, com monitoramento das atividades desempenhadas pelos colaboradores e da entrega de resultados, verificando ganho com a implantação do trabalho híbrido, que hoje alcança cerca de 70% dos empregados.

Mesmo com o ambiente externo desfavorável, a MGI vem conquistando satisfatórios resultados na recuperação de créditos e venda de imóveis (realizou 18 licitações), mantendo o trabalho contínuo de monitoramento para mitigação desses impactos a médio e longo prazo.

Apesar de uma receita operacional bem superior à obtida em 2021 (uma variação de 41%), em grande medida em função da participação acionária na CEMIG, o resultado operacional bruto em 2022 foi negativo. Os grandes responsáveis por este resultado negativo foram os juros sobre as debêntures (66% superior ao de 2021) e os encargos com as opções (51% superior ao de 2021). O aumento da receita de participação acionária em 57% em relação à 2021, amenizou o resultado negativo de 2022, que foi cerca de 39,8% inferior ao de 2021.

O resultado líquido de 2022 foi positivo, 53% superior ao resultado de 2021, tendo como fator preponderante os investimentos na CEMIG, o resultado de estimativas para mensuração do valor justo dos direitos de créditos autônomos e os aumentos da taxa básica de juros do Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2022 | Controladora



Diante do cenário desafiador e da grande influência de variáveis exógenas nos resultados alcançados, a Administração considera satisfatório as entregas do período e, alinhada sempre com o interesse do Estado de Minas Gerais, continuará trabalhando em 2023 para o cumprimento da missão de atuar de forma estratégica na busca de soluções no âmbito da administração e saneamento de ativos e apoio ao desenvolvimento socioeconômico de Minas, sempre com ética e integridade.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão de Ativos

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	6.262	3.707	69
Imóveis Próprios da MGI	85	344	(75)
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	211	143	48
Total Ativos MGI	6.558	4.194	56
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	4.900	8.076	(39)
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	4.054	47.276	(91)
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	8.954	55.352	(84)
Bens Imóveis de Terceiros	884	-	-
Total Ativos de Terceiros	884	-	-

Verifica-se no quadro acima que, em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$6.262, superior em 69% ao mesmo período de 2021, quando a arrecadação totalizou R\$3.707. Em relação aos imóveis próprios da MGI, incluindo os advindos da incorporação da EMIP, houve arrecadação de R\$296 no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 39% em relação ao mesmo período de 2021, quando arrecadou R\$487.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$4.900 provenientes da recuperação de créditos em liquidação. Esse valor foi inferior em 39% ao apurado no mesmo período de 2021, quando totalizou R\$8.076. Existe uma tendência de decréscimo da recuperação de créditos em razão da redução do estoque de créditos e devido ao tempo transcorrido. Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (há mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez de parte dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados na recuperação de créditos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2022 | Controladora



Em relação à venda de imóveis, no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, a MGI repassou à SEF o montante de R\$4.054, inferior em 91% em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizou R\$47.276. Essa redução se deu principalmente em função dos excelentes imóveis comerciais licitados em 2021, cujas qualidade e liquidez resultaram em vendas com ágio que superaram a casa dos 80%.

Além disso, a MGI vem buscando celebrar novos contratos para venda de imóveis, como parte de sua estratégia de expansão na desmobilização de ativos da administração pública direta e indireta do Estado. Em relação ao período em análise, a MGI repassou ao Contratante R\$884, referente a dois imóveis vendidos.

Os contratos de prestação de serviços geraram uma receita total de R\$ 1.250 no período em referência. Esse valor aumentou 3% em relação ao apurado no mesmo período do exercício anterior, quando totalizou R\$ 1.216.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$349.494 (R\$1.700.232 em 31 de dezembro de 2021). A grande redução no valor desse direito refere-se a sua utilização para quitação das debêntures subordinadas, o qual terá maior explanação no tópico sobre debêntures.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$59.081, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$59.226 (R\$59.885 em 31 de dezembro de 2021). Houve uma redução de 1,09% no período, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, e continuará ocorrendo quedas no próximo exercício devido ao efeito dos parcelamentos recebidos do programa de refinanciamento de dívidas tributárias, REFIS ICMS 2021, criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, ter se encerrado em meados do exercício de 2022.

A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$45.717 na posição de 31 de dezembro de 2022 (R\$1.070.490 em 31 de dezembro de 2021).

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui obrigações decorrentes da quinta emissão de debêntures. Com o vencimento final da segunda emissão de debêntures a Companhia efetuou sua quitação liquidando a dívida, no formato explicado no item de debêntures subordinadas.

No período em análise, a Companhia registrou custos de R\$137.329 a título de juros e amortização do custo da transação das debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, esses custos totalizaram R\$83.052. Devido principalmente aos aumentos da taxa DI iniciados em 2021, ocorreu um aumento de 65,35%. Com a quitação das debêntures de segunda emissão, haverá uma significativa redução dos juros sobre debêntures.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados neste período:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2022 | Controladora



Pagamentos Efetuados	Juros	Principal	Total Pago
2ª emissão	216.502	969.252	1.185.754
5ª emissão	63.493	48.152	111.645

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

No dia 24 de julho de 2022 ocorreu o vencimento final das debêntures subordinadas. Sua quitação ocorreu mediante dação em pagamento de parte do saldo de direito creditórios autônomos R\$ 1.185.343 correspondentes a 181.837 debêntures. As debentures remanescentes – 63 – foram quitadas mediante pagamento em espécie que totalizou R\$ 411.

A quitação das debêntures subordinadas mediante dação em pagamento com o ativo Direito de Crédito Autônomo está prevista na Escritura de 2ª Emissão de debêntures subordinadas.

(b) Debêntures de Quinta Emissão

Tendo como referência 31 de dezembro de 2022, a MGI possui um saldo de R\$515.645 a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Neste período, até 31 de dezembro de 2022, foram pagas parcelas semestrais de juros e amortização do principal, nos valores de R\$63.493 e R\$48.152, respectivamente.

Vinculados à Quinta Emissão, a Companhia possui contratos de opções flexíveis de compra e de venda sobre ações CMIG4, celebrados para constituição de um instrumento de hedge, a fim de proteger a Companhia das quedas na cotação da ação, que constitui uma das garantias das debêntures.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$182.067 neste exercício, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas apresentaram um aumento de 57% comparado às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$116.078.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2022 | Controladora



Convênios

No exercício de 2022, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem realizando o repasse de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, além do foco principal na análise de prestações de contas de convênios encerrados.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício de 2022, o montante de R\$915 referente a parcelas de convênios e efetuou gastos com publicações de convênios de R\$2. Apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$1.800. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$4.389 no período, a variação líquida foi negativa em R\$1.672, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.174.121 em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.172.449 em 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2021	Movimentação			31/12/2022
	Saldo inicial	Rendimentos	Devoluções	Repasses / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
Secretarias					
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.117	32	(17)	-	5.132
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	3	-	-	1.903
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.133	377	(331)	-	89.179
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.652	14	(48)	-	14.618
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT	20.052	9	(1)	-	20.060
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	999.420	1.364	(3.430)	917	998.271
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.935	1	(532)	-	34.404
Sec. Est. Governo – SEGOV	5.312	-	(31)	-	5.281
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.174.121	1.800	(4.389)	917	1.172.449

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interveniente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio e a regularidade dos gastos dos recursos repassados.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2022 | Controladora



Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluídas as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo, a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2022, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade em 31/12/2021	Quantidade em 31/12/2022	Valor em 31/12/2022-R\$ mil
Convênios Vigentes	202	176	73.701
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	646	645	393.197
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	417	317	639.811
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	200	366	110.026
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	8	6.031
Aguardando decurso de prazo para apresentação	7	3	1.290
Em cobrança da apresentação de prestação de contas	31	-	-
Com medidas administrativas	11	6	1.695
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.521	1.225.751
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações			197
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente			4.602
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas			(58.101)
(=) Saldo de Convênios em 31/12/2022			1.172.449

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)	Análise Vertical 2022 (%)
Receita de participação acionária	182.067	116.078	57	77
Variação monetária ativa	59.081	50.682	17	25
Recuperação de Créditos	6.347	4.051	57	3
Prestação de serviços	1.250	1.216	3	-
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	210	2.547	(92)	-
Receitas de vendas de imóveis	211	143	48	-
PIS/COFINS/ISS	(11.810)	(5.983)	97	(5)
TOTAL	237.356	168.734	41	100

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$237.356, 41% superior ao mesmo período do exercício anterior, quando alcançou R\$168.734.

Os fatores preponderantes para o aumento da receita operacional líquida foram: (i) a Receita de Participação Acionária da Cemig, que no exercício de 2022 deliberou pela antecipação de dividendos sob a forma de juros sobre capital próprio trimestralmente (R\$ 0,9348 centavos por ação) diferentemente do mesmo período do ano anterior quando não optou por antecipações aos acionistas, (ii) a variação monetária ativa foi outra receita que demonstrou aumento no período analisado, com um crescimento de 17% comparado ao mesmo período exercício anterior, devido principalmente aos acréscimos de disponibilidades e aos aumentos da taxa Selic, (iii) a receita de recuperação de créditos, com impacto menos relevante sobre a receita operacional total (3%), apresentou um aumento de 57% comparado ao mesmo período do exercício anterior.

A única receita que apresentou queda no período em análise foi a receita com amortização do reconhecimento inicial dos direitos de créditos autônomos, que reduziu 92% em comparação com 31 de dezembro de 2021, em virtude do reduzido saldo que restava a amortizar. Essa receita representa menos de 1% da Receita Operacional Líquida da Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2022 | Controladora



Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	Variação (%)	Análise Vertical 2022 (%)
Juros sobre debêntures	136.923	82.647	66	51
Encargos financeiros com opções	67.107	44.532	51	25
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	55.404	87.991	(37)	21
Obrigações por repasse	4.311	1.753	146	2
Pessoal	3.138	2.642	19	1
Demais custos	688	83	729	-
Serviços de terceiros	769	649	18	-
Amortização de custos de transação	405	405	-	-
Custas judiciais	272	450	(40)	-
Custos dos imóveis vendidos	205	179	15	-
CUSTO TOTAL	269.223	221.331	22	100

O custo operacional totalizou R\$269.223 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, superior em 22% ao mesmo período do exercício anterior, quando atingiu R\$221.331.

Os custos mais expressivos foram: (i) os juros sobre debêntures, representando 51% do custo total, cujo valor é calculado com base na taxa Selic, a qual aumentou devido a recorrentes determinações do Banco Central desde 2021. O valor total foi de R\$ 136.923, o que representa um aumento de 66% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Com a quitação das debêntures subordinadas, haverá reduções significativas neste custo; (ii) o encargo financeiro com opções, que se refere à liquidação das tranches das opções de compra ocorridas no período em análise, totalizando R\$67.107 e representando 25% do custo total. Este custo apresentou aumento de 51% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pelas distribuições de dividendos e bonificações de ações deliberadas pela Cemig no ano de 2021 e pelas antecipações de dividendos sob a forma de juros sobre capital próprio que acarretaram na redução do preço de exercício e o aumento da quantidade de opções. Esse custo corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao seu preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche, sendo, portanto, impactado pelas oscilações da cotação da ação CMIG4; (iii) outro custo expressivo foi o ajuste da amortização do reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$ 55.404 no período em análise (R\$ 87.991 em igual período do ano anterior), representando 21% do custo total. Este custo apresentou redução de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com sua total amortização e vencimento das debêntures subordinadas ao qual era vinculado, a companhia não será impactada com este. Somados, os citados custos representaram 97% do custo total da MGI no exercício de 2022.

Os demais custos, representando um valor abaixo de 1% do custo total, apesar da pouca relevância obteve um aumento expressivo no período em análise se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi de 729% e justifica-se pela ocorrência de tributos incidentes sobre a transferência de imóveis de elevado valor, o qual foi adjudicado em processo de recuperação de crédito.

Os outros custos foram pouco representativos em relação ao custo total da Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2022 | Controladora



Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$31.867 no período até 31 de dezembro de 2022, enquanto em igual período do exercício anterior, o resultado foi de R\$52.597, também negativo.

O aumento da Receita operacional líquida em 41%, que teve como fatores preponderantes a receita de participação acionária e a receita de atualização dos Direitos de Créditos Autônomos, foram suficientes para compensar os aumentos dos custos operacionais em 22%, em virtude, principalmente, da alta dos juros sobre debêntures, do aumento da perda de ajuste ao valor justo no reconhecimento inicial das debêntures e do aumento dos encargos financeiros com opções, de forma que acabou acarretando em uma redução do resultado negativo operacional bruto da companhia (39,4%).

O elevado valor dos custos da Companhia, principalmente ocasionado pelos juros sobre debêntures, juntamente com custo com encargos financeiros de opções e custo com amortização do ajuste ao valor justo no reconhecimento inicial de debêntures, são responsáveis por recorrentes resultados operacionais negativos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido aumentou 256%, de R\$8.045 em 31 de dezembro de 2021 para R\$28.663 em 31 de dezembro de 2022, em razão, principalmente, do grande aumento de recursos em aplicações financeiras ocasionado pelo aumento dos recebimentos de créditos autônomos, aliado às elevações da taxa de juros pelo Banco Central ocorridos nos dois últimos exercícios.

Os critérios utilizados para alcance dos resultados positivos foram baseados em disciplinado controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	Δh%
Resultado do Período	127.734	83.460	53%
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	10.921	4.580	138%
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(28.663)	(8.045)	256%
(+) Depreciação e Amortização	18	15	9%
LAJIDA	109.998	80.010	37%
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(27.805)	8.103	(443%)
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	(135.234)	(144.181)	(6%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	55.194	85.444	31%
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	667	(4.855)	(114%)
(+) Provisão para Contingências	10.704	-	-
LAJIDA AJUSTADO	13.524	24.521	(45%)

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 156, de 24 de junho de 2022. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2022, LAJIDA positivo de R\$109.998. Em igual período do exercício anterior, o indicador foi também positivo no valor de R\$80.006.

(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 156, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.
- Provisão para Contingências de processo judicial cível.

Apurou-se LAJIDA ajustado positivo de R\$ 13.523 em 31 de dezembro de 2022. No exercício anterior esse indicador também foi positivo em R\$ 24.521.

Portanto, percebe-se que no período em análise, excluídos os impactos das receitas e despesas que não afetam a geração de caixa, o lucro líquido apresentado foi reduzido tanto no conceito de LAJIDA como no de LAJIDA ajustado. O mesmo ocorreu no mesmo período do exercício anterior.

Resultado Líquido

O fator preponderante para o lucro líquido no valor de R\$127.734 auferido pela Companhia está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos investimentos na CEMIG, ao resultado de estimativas para mensuração do valor justo dos direitos de créditos autônomos e aos aumentos da taxa básica de juros do Brasil.

Conforme se verifica no LAJIDA e LAJIDA ajustado, o lucro auferido no período deveu-se, principalmente, ao ganho de ajuste ao valor justo, resultante da distribuição de bonificações em ações deliberados pela Cemig, e reversão de impairment dos direitos creditórios autônomos, sendo que esses ganhos não afetam o caixa. O impairment dos direitos creditórios autônomos bem como sua reversão está vinculada à operação da cessão onerosa de carteira de créditos do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e sua variação deriva de variáveis exógenas à Companhia.

4. GESTÃO DE PESSOAS

Um dos pilares da MGI é seu o capital humano, o qual mesmo com os desafios atuais tem se empenhado para que as atividades da empresa mantenham sua excelência. A grande integração dos mercados mundiais, associada às grandes demandas e exigências impostas na conjuntura econômica atual, tornam ainda mais necessária a valorização dos recursos humanos empregados nas atividades da MGI, sendo ainda mais importante cultivar o grande potencial observado no capital humano da empresa.

Há de se destacar a inesperada crise enfrentada pela pandemia da COVID 19, que ocasionou uma mudança obrigatória nas relações de trabalho. Inicialmente, um plano de contingência foi elaborado visando à proteção da saúde de seus colaboradores e buscando manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. A companhia implantou de maneira sistemática o regime de teletrabalho, no formato híbrido, com alternância entre escalas presencial e home office, regulamentado pelo Normativo 001/2022, publicado em 25/04/2022. Cerca de 70% dos colaboradores aderiram ao regime de teletrabalho. Todavia, dadas as ações administrativas, mudança na perspectiva de gestão, o emprego de recursos e tecnologias disponíveis, a empresa continuou com suas atividades sem prejuízo da qualidade na consecução do objeto social, bem como estabeleceu metas de redução de custos e aumento de eficiência.

A questão estrutural, na qual destaca-se a necessidade de computadores e equipamentos básicos de acesso aos empregados foi superada no ano de 2022 com a implantação de Serviço de Área de Trabalho remoto, o que abriu a possibilidade de ampliar o quantitativo de empregados em trabalho remoto. A empresa implantou um cronograma de estudos e monitoramento das atividades desempenhadas pelos colaboradores, com vista a ampliar a adesão ao trabalho remoto se os resultados percebidos indicarem ganhos neste sentido.

Neste contexto, a importância do controle de tempo de trabalho e produtividade, a atuação dos líderes na gestão de questões pessoais como disciplina e compromisso e, em última análise, no planejamento e na entrega de resultados, vem ganhando destaque e tornou-se o foco específico de treinamento e capacitação. A empresa, cada vez mais, aprimora as ferramentas e técnicas de controle de produtividade de pessoal.

A Companhia não mede esforços para manter para o grupo de funcionários estrutura, estímulo, engajamento.

Por tudo isto, a Administração da MGI, como política de gestão de pessoas, volta-se para treinamentos e valorização do colaborador para desenvolver a gestão orientada para resultados no contexto de trabalho remoto.

5. ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar às informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br, de forma objetiva e em linguagem acessível. O cidadão que buscar outras informações além das disponíveis no site poderá solicitar por meio do Fale Conosco ou pelo e-Sic - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da MGI está alinhada com os princípios e exigências emanados pela Lei Federal nº 13.303/2016, conhecida como “Lei das Estatais”. As principais instâncias que compõem a estrutura de governança da Companhia são:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) – órgão de assessoramento do Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Auditoria Interna – vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do COAUD;
- Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos – instância responsável, entre outros assuntos, pela verificação de cumprimento de obrigações, conformidade de procedimentos e de gestão de riscos

Em consonância com o seu Programa de Integridade, a MGI busca continuamente fortalecer a cultura de ética e a integridade na Companhia, norteando todos os negócios e relações com todos os stakeholders com base nos seguintes pilares:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2022 | Controladora



- Governança e comprometimento da alta administração;
- Planejamento estratégico, gestão de riscos e controles internos;
- Código de Conduta, políticas e procedimentos;
- Due diligence nas relações com terceiros;
- Gestão de pessoas, comunicação e treinamento;
- Prevenção de nepotismo e conflito de interesses;
- Canal de ética;
- Transparência ativa e passiva;
- Monitoramento e aprimoramento.

No exercício de 2022, por meio de comunicação institucional recorrente e diversificada, a Companhia promoveu a disseminação de conhecimento e sensibilização dos seus colaboradores quanto aos pilares do Programa de Integridade e assuntos correlatos.

Considerando o trabalho híbrido adotado na Companhia, foi realizada a 4ª Semana da Integridade (“Integridade é de todos”), de forma totalmente digital, com diversas informações, renomados palestrantes convidados, atividades interativas presencialmente.

O Programa de Integridade, juntamente com os códigos, políticas e regulamentos correlatos, bem como o Relatório Integrado e a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, estão disponíveis no sítio eletrônico da Companhia.

Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº: 13.709/2018), que estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais, a MGI instaurou, em janeiro de 2020, uma Comissão para a implantação da LGPD na Companhia e, subsequentemente, para assegurar o seu cumprimento. Todos os contratos e editais da companhia foram adequados à lei.

A Companhia entende que as boas práticas de governança corporativa transcendem o mero atendimento a obrigações legais para agregar grandes melhorias de gestão e transparência. Com esse pensamento, a Administração busca melhorar continuamente suas práticas de governança, como uma forma de agregar valor para os acionistas, clientes, investidores, funcionários e demais partes interessadas.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2022 | Controladora



8. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o período em análise e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores.

Belo Horizonte, 20 de março de 2023
A Administração

MGI Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Parecer do Conselho Fiscal.....	60

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos direitos creditórios autônomos

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do Estado de Minas Gerais, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado. A realização desses créditos, no valor de R\$45.717 mil em 31 de dezembro de 2022, depende da efetivação do fluxo de recebimentos previsto.

Conforme mencionado na nota explicativa 7 c), os direitos creditórios são atualizados financeiramente e contabilizados pelo valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo dos direitos creditórios e as atualizações financeiras são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. A atualização financeira é feita de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis sobre o montante inicial de cada parcelamento. O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (default), descontada a perda estimada e o valor nominal do fluxo de pagamentos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos dos direitos creditórios autônomos, o volume de transações, os impactos fiscais e o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela diretoria, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados à estimativa de valor justo dos direitos creditórios autônomos; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) recálculo independente e confronto do valor justo com o total do passivo relativo às debêntures incentivadas; (d) recálculo da atualização financeira dos direitos creditórios autônomos; (e) envolvimento dos nossos especialistas tributários; (f) confirmação externa da carteira de direitos creditórios autônomos; e (g) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os direitos creditórios autônomos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios autônomos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 7 c), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP015199/O



Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-BA031359/O

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	182.634	71.979
Títulos e valores mobiliários	6	87.140	74.189
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	307.701	1.260.471
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	463	852
Tributos a compensar	9	16.392	7.838
Imóveis para venda		-	2.168
Outras contas		110	70
Total do ativo circulante		594.440	1.417.567
Títulos e valores mobiliários	6	118.454	107.084
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.057.131	1.020.803
Opções flexíveis de venda	8	3.443	9.729
Tributos a compensar	9	6.335	18.218
Depósitos judiciais	10	551	2.532
Imóveis para venda		1.964	-
Outros investimentos	11	269.164	214.953
Imobilizado		92	41
Total do ativo não circulante		1.457.134	1.373.360
Total do ativo		2.051.574	2.790.927

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar		240	182
Salários e encargos sociais		1.300	1.222
Tributos a recolher		8.229	7.152
Opções flexíveis de compra	8	101.803	61.085
Debêntures	12	85.809	1.142.730
Obrigações por repasse	13	15.548	9.859
Total do passivo circulante		212.929	1.222.230
Opções flexíveis de compra	8	452.994	410.136
Debêntures	12	429.836	477.582
Obrigações por repasse	13	-	2.160
Provisão para contingências	14	10.704	-
Passivo fiscal diferido	15	24.255	13.682
Total do passivo não circulante		917.789	903.560
Total do passivo		1.130.718	2.125.790
Patrimônio líquido	17		
Capital social		1.332.830	1.225.368
Ações em tesouraria		(5)	(5)
Prejuízos acumulados		(460.639)	(588.373)
Ajuste de avaliação patrimonial		48.670	28.147
Total do patrimônio líquido		920.856	665.137
Total do passivo e patrimônio líquido		2.051.574	2.790.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita	18	237.356	168.734
Custos	19	(269.223)	(221.331)
Resultado bruto		(31.867)	(52.597)
Despesas administrativas		(10.622)	(9.525)
Outras receitas (despesas)		813	1.184
Perda/reversão na recuperação de direitos creditórios	7.c	135.234	144.181
Perda/reversão de perdas em participações societárias	11	(667)	4.855
Provisão para contingências	14	(10.704)	-
Resultado de ajustes a valor justo	21	27.805	(8.103)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		109.992	79.995
Receitas financeiras	19	28.927	8.052
Despesas financeiras	19	(264)	(7)
Receita (despesas) financeiras, líquidas		28.663	8.045
Resultado antes dos impostos		138.655	88.040
Impostos de renda	15	(7.971)	(3.339)
Contribuição social	15	(2.950)	(1.241)
		(10.921)	(4.580)
Resultado do exercício		127.734	83.460
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)	17.e	222,36	145,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício		127.734	83.460
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes		20.523	11.590
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	11	31.096	17.561
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	15.b	(10.573)	(5.971)
Resultado abrangente total		148.257	95.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social					Prejuízos Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
	Capital social	Capital social a realizar	Reclassificações convênios	Ações em tesouraria				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.542.798	(338.310)	(2.017.851)	(5)	(671.833)	16.557	531.356	
Aumento de capital	-	39.742	-	-	-	-	39.742	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.460	-	83.460	
Variação no valor justo dos investimentos	-	-	-	-	-	17.561	17.561	
Tributos s/variação no valor justo dos investimentos	-	-	-	-	-	(5.971)	(5.971)	
Reclassificação para obrigações por repasses-convênios	-	-	(1.011)	-	-	-	(1.011)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.542.798	(298.568)	(2.018.862)	(5)	(588.373)	28.147	665.137	
Aumento de capital	-	107.462	-	-	-	-	107.462	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	127.734	-	127.734	
Variação no valor justo dos investimentos	-	-	-	-	-	31.096	31.096	
Tributos s/variação no valor justo dos investimentos	-	-	-	-	-	(10.573)	(10.573)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.542.798	(191.106)	(2.018.862)	(5)	(460.639)	48.670	920.856	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		127.734	83.460
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		18	15
Provisão/reversão de perdas de direitos creditórios autônomos	7.c	(135.234)	(144.181)
Resultado de ajustes a valor justo		27.389	93.547
Provisão/Reversão de Perdas de Investimentos	11	667	(4.855)
Provisão para contingências	14	10.704	-
Encargos financeiros de contrato de opções	19	67.107	44.532
Custo de transação a amortizar	19	405	405
Variação monetária líquida		77.843	31.965
		176.633	104.888
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos)	7	(39.719)	(20.577)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a	389	(842)
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6	(24.321)	4.046
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9	3.329	8.424
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10	1.981	132
(Aumento)/Diminuição de imóveis para venda		204	179
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo		(40)	(7)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores		58	(4)
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		78	140
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher		1.077	3.843
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	13	3.529	(19.737)
Recebimentos de créditos autônomos	7	59.226	59.885
Juros pagos sobre debêntures subordinada	12	(410)	-
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	12	(63.493)	(32.373)
Amortizações de debêntures 5ª emissão	12	(48.152)	(48.152)
Amortização do contrato de opções flexíveis		(67.107)	(44.532)
		3.262	15.313
Caixa gerado nas atividades operacionais			
Aquisições imobilizado/intangível		(69)	(6)
Venda de ativo investimentos/imobilizado		-	16
		(69)	10
Caixa gerado (usado) em atividades de investimento			
Integralização de capital	17	107.462	39.742
Obrigação por repasse - convênio		-	(1.011)
		107.462	38.731
Caixa proveniente de atividades de financiamento			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		110.655	54.054
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		71.979	17.925
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		182.634	71.979
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		110.655	54.054
Transações relevantes que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Redução de direitos cred. autônomos ref. dação em pagamento de debêntures	7.c	1.185.344	-
Redução de debêntures subordinadas com dação em pagamento de DCA	12.a	(1.185.344)	-
Total		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de serviços	1.251	1.216
Receitas de recuperação de créditos	6.347	4.051
Receitas de atualização de crédito	59.081	50.682
Outras receitas	1.023	1.327
Receitas	67.702	57.276
Custos dos produtos e serviços vendidos	(205)	(179)
Custos processuais	(272)	(453)
Serviços tomados de terceiros	(1.241)	(1.145)
Despesas administrativas	(1.280)	(1.125)
Perda/recuperação de valores ativos	135.234	144.181
Insumos adquiridos de terceiros	132.236	141.279
Valor adicionado bruto	199.938	198.555
Depreciação e amortização	(18)	(15)
Valor adicionado líquido	199.920	198.540
Resultado de ajustes a valor justo	(28.054)	(93.547)
Receitas de participações acionárias	182.067	116.078
Reversão de provisão de perdas em participações acionárias	-	4.855
Provisão para contingências	(10.704)	-
Receitas financeiras	33.218	10.916
	176.527	38.302
Valor adicionado total a distribuir	376.447	236.842
Remuneração direta	6.637	5.817
Benefícios	1.515	1.138
FGTS	490	420
Pessoal	8.642	7.375
Remuneração direta	1.343	1.296
FGTS	69	104
Diretoria e conselhos	1.412	1.400
Federais	29.116	15.121
Estaduais	-	-
Municipais	710	90
Impostos, taxas e contribuições	29.826	15.211
Aluguéis	63	57
Obrigação por repasse	4.311	1.753
Despesas financeiras	24	2
Juros	136.923	82.647
Custo de transação de debêntures	405	405
Encargos financeiros com opções	67.107	44.532
Remuneração de capitais de terceiros	208.833	129.396
Resultado do exercício	127.734	83.460
Remuneração de capitais próprios	127.734	83.460
Distribuição do valor adicionado	376.447	236.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022
(em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;

- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Fechamento de Capital

Por meio de Assembleia de Acionistas em 19 de janeiro de 2022 foi autorizado o cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora na categoria B, nos termos e para fins do art. 47, IV, e 47 §3º, III, da Instrução CVM nº480/2009, visando a redução de custos.

Em 11 de fevereiro de 2022, a Assembleia de Debenturistas anuiu o cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora na categoria B, tendo em vista a deliberação da assembleia geral de acionistas da Emissora, tomada em 19 de janeiro de 2022, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de janeiro de 2022, de cancelar o registro de companhia aberta.

Em março de 2022, foi apresentado à Comissão de Valores Mobiliários a solicitação do cancelamento de registro de companhia aberta. Por meio do Ofício nº 72/2022/CVM/SEP/GEA-1 foi informado a companhia o deferimento do pedido.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia.

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$45.717 em 31 de dezembro de 2022, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 21.266.990 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4) (vide nota 11), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 110.112.884 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20 de março de 2023.

b. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Outros investimentos
- Nota 12 – Debêntures
- Nota 13 – Obrigações por repasse
- Nota 14 – Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 12 e 13).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos e identificados como não tendo sofrido perda de valor são avaliados coletivamente para possibilitar a constatação de qualquer perda no valor.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma subconta dos recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.d).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a Secretaria de Estado da Fazenda SEF/MG. Para os contratos de alienação de imóveis, celebrados com a SEF e outras Instituições Públicas, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe um percentual sobre o resultado obtido.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

g. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

h. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

i. Novas normas ou revisões aplicadas pela primeira vez em 2022

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período, exceto no caso da quitação das debêntures subordinadas (NE 12) com o vencimento final, o que também não impacta as demonstrações financeiras com a aplicação da nova norma.

j. Novas normas e interpretações não vigentes ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC o Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que significa um direito de postergar a liquidação;

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de debêntures existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia entende que esta alteração não trará impactos nas informações econômico financeiras.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (Nota 11).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 24, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/12/2021	1.700.232	(629.532)	(210)	1.070.490
31/12/2022	349.494	(303.777)	-	45.717

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida pelo EMG em troca das debêntures emitidas pela MGI, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro. O vencimento final destas debêntures ocorreu em 24 de julho de 2022 e será melhor detalhado na NE 12.

c. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	1	605
Aplicações financeiras	182.633	71.374
	<u>182.634</u>	<u>71.979</u>

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Aa1 e Aaa, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras vinculadas à:		
Convênios	a. 925	1.544
Debêntures	b. 86.215	72.645
Circulante	87.140	74.189
Aplicações financeiras vinculadas à:		
Debêntures	b. 118.454	107.084
Não circulante	118.454	107.084
Total	205.594	181.273

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- Aplicações financeiras vinculadas ao programa de convênios.
- Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber e outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a. 461	850
JCP/Dividendos a receber	2	2
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b. 610	573
Outras contas a receber – diversos	279	304
Créditos a recuperar	14	14
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c. 11.552	1.070.490
Contas a receber do EMG	g. 2.569	19.240
Contas a receber - Credit Suisse	f. 88.234	48.479
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e. 204.443	121.371
Circulante	308.164	1.261.323
Outras Contas a receber – diversos	751	799
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c. 34.165	-
Créditos a receber - Goes Cohabita	d. 5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d. (5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e. 1.022.215	1.020.004
Não Circulante	1.057.131	1.020.803
Total	1.365.295	2.282.126

- Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em partes relacionadas - BDMG no valor de R\$461.

- b) Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 com o EMG referente a contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) no valor de R\$598, e Contrato de prestação de Alienação de imóveis com a Codemge no valor de R\$12.
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (conforme nota explicativa 13.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2022.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	saldo em 31/12/20 21	Moviment ação	Renegoci ação	Variaçã o de AVJ e impairm ent	Atualizaç ão	Recebime ntos	Contas a Receber do EMG	Baixas - dação em pagto - deb. 2ª emissão	Saldo em 31/12/2022
Circulante	1.700.232	(361.423)	(158.439)	-	59.081	(16.214)	(26.341)	(1.185.344)	11.552
Não Circulante	-	361.423	(23.481)	-	-	-	-	-	337.942
Ajuste a Valor Justo	(210)	-	-	210	-	-	-	-	-
Impairment	(629.532)	-	190.521	135.234	-	-	-	-	(303.777)
Totais	1.070.490	-	8.601	135.444	59.081	(16.214)	(26.341)	(1.185.344)	45.717

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$26.341 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (R\$41.657 em 31/12/2021). Esses valores são transferidos para a rubrica contas a receber do EMG (nota 7.g), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI.

Com o vencimento da Segunda Emissão em 24 de julho de 2022, parte da carteira objeto do contrato de cessão e aquisição de Direitos de Créditos Autônomos foram utilizadas para quitação, dação em pagamento, das debêntures subordinadas (valor total utilizado para quitação - R\$1.185.344), conforme cláusulas da respectiva escritura de emissão.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 24.

Com a liquidação das debêntures de segunda emissão, a segregação da composição dos valores dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, e rompidos está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS		
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR	
Vencidos, mas não rompidos		447
A vencer		
Até 12 meses		11.106
de 12 a 24 meses		9.669
de 24 a 36 meses		8.648
de 36 a 48 meses		8.074
de 48 a 60 meses		7.441
Após 60 meses		12.309
Total do valor nominal atualizado		57.694
Direitos Creditórios Rompidos (1)		291.800
Ajustes a valor justo (2)		-
Impairment acumulado (3)		(303.777)
Total		45.717

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2022.

- d) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, visando anular a operação de alienação citada. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito, em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião. Em meados de fevereiro de 2022 a ação teve seu trânsito em julgado e foi determinado o desfazimento da alienação do Banco. A Companhia em parceria com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais estuda a possibilidade de apresentar ação rescisória anulando a decisão judicial.

- e) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 110.112.884 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações. Em janeiro de 2022, ocorreu o vencimento da 6ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, deveria haver a devolução de 6.483.625 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 12º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI devido ao anúncio de Distribuição de Juros sobre Capital Próprio em 30 de dezembro de 2021 (3.709.384 ações), resultando em 2.774.241 ações CMIG4 devolvidas a MGI. Em razão do anúncio aos acionistas ocorrido em março de 2022 e da Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em maio de 2022, o anúncio deliberando a distribuição juros sobre capital e a AGO autorizando a distribuição de dividendos e bonificações em ações, acarretou em novos aumentos das opções flexíveis de compra e venda. Mediante essa ocorrência e solicitação do BICS, a Companhia efetuou empréstimo de 31.073.659 ações (25.286.134 ações de bonificação sobre ações já emprestadas e 5.787.525 ações com transferência para o BICS), conforme termos do 13º e 14º aditamento do contrato de empréstimos de ações. Em julho de 2022, com o vencimento da 7ª tranche das opções de compra e venda a Companhia deveria receber a devolução de 9.010.004 ações CMIG4, porém decidiu-se fazer o 15º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber em empréstimo devido ao anúncio de Distribuição de Juros sobre Capital Próprio em 15 de junho de 2022 (1.769.274 ações), resultando em 7.240.730 ações CMIG4 devolvidas a MGI. Conforme aviso aos acionistas da CEMIG datado de 20 de setembro de 2022, foi aprovada pela Diretoria Executiva da CEMIG a declaração de juros sobre capital próprio aos acionistas, acarretando no empréstimo de 1.992.816 ações CMIG4 conforme cláusulas do 16º aditamento do contrato de empréstimos de ações.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou ganho de ajuste a valor justo sobre 110.112.884 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2021	Quantidade de ações em 31/12/2022	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2021 (R\$)	Cotação em 31/12/2022 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2021	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2022
CEMIG	87.061.380	87.061.380	13,11	11,14	(1,97)	1.141.375	-	(171.511)	969.864
		(2.774.241)	10,0808	11,14	1,0592	-	(27.967)	(2.938)	(30.905)
		25.286.134	0,0000	11,14	11,1400	-	-	281.688	281.688
		5.787.525	7,7544	11,14	3,3856	-	44.879	19.594	64.473
		(7.240.730)	7,7544	11,14	3,3856	-	(56.148)	(24.514)	(80.662)
		1.992.816	7,7544	11,14	3,3856	-	15.453	6.747	22.200
Totais		110.112.884				1.141.375	(23.783)	109.066	1.226.658
Circulante		18.352.144							204.443
Não circulante		91.760.740							1.022.215

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 31/12/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 31/12/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2021
CEMIG	83.622.140	83.622.140	14,56	13,11	(1,45)	1.217.538	-	(121.252)	1.096.286
		(5.754.126)	10,8177	13,11	2,2923	-	(62.246)	(13.190)	(75.436)
		9.193.366	-	13,11	13,11	-	-	120.525	120.525
Totais		87.061.380				1.217.538	(62.246)	(13.917)	1.141.375
Circulante		9.257.866						121.371	
Não circulante		77.803.514						1.020.004	

- f) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$88.234, referem-se a juros sobre capital próprio deliberados pela Cemig correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos em 2 parcelas até dezembro de 2023.
- g) Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros. Estes valores serão repassados à MGI de forma imediata. Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, foi repassado a MGI, pelo EMG, o valor de R\$43.012 (R\$22.417 em 31/12/2021).

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios por ação da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores à data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2022:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	9.533.097	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.097	5,679
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	9.533.119	2,783	MGI	Credit Suisse	9.533.119	5,679
TOTAL			114.397.186				114.397.186	

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em 30 de dezembro de 2021, a Cemig anunciou aos acionistas distribuição de juros sobre capital próprio, gerando um aumento de 3.709.384 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

Em janeiro de 2022, ocorreu o vencimento da sexta tranche das opções flexíveis de compra e de venda. Como o preço médio da ação (no valor de R\$12.69) foi superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$8,3509), a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$28.133 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$4,34 multiplicado pela quantidade de 6.483.625 opções. Com o vencimento da tranche, a Companhia deveria receber a devolução de empréstimos de ações efetuados a quantidade de 6.483.625 ações da CMIG4, porém, deveria emprestar também a quantidade de 3.709.384 ações CMIG4, conforme mencionado no parágrafo acima. Dessa forma, foi ajustado entre as partes por meio do décimo segundo aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações que a Companhia receberia a diferença entre empréstimos e devoluções. Tal transação ocasionou o retorno de empréstimo de 2.774.241 ações CMIG4.

Em razão do anúncio aos acionistas ocorrido em março de 2022 e da Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em maio de 2022, o anúncio deliberando a distribuição juros sobre capital e a AGO autorizando a distribuição de dividendos e bonificações em ações, acarretou em novos aumentos das opções flexíveis de compra e venda. Mediante essa ocorrência e solicitação do BICS, a Companhia efetuou empréstimo de 31.073.659 ações para igualar a quantidade de ações emprestadas com a quantidade de opções lançadas.

Em junho de 2022, outro anúncio aos acionistas deliberando sobre distribuição de juros sobre capital próprio ocasionou novo ajuste adicional, no qual a Companhia deverá efetuar novo empréstimo de ações CMIG4. A Companhia passou a ser lançadora de 117.130.072 opções de compra e passou a ser titular da mesma quantidade de opções venda. Como o número de ações da Cemig emprestadas ao Credit Suisse era de 115.360.798, a diferença de 1.769.274 ações foi ajustada concomitante com vencimento da sétima tranche, ocorrido em julho de 2022, na qual o Credit Suisse devolveria 9.010.004 ações, porém com o acordo entre as partes, celebrado pelo décimo quinto aditivo do contrato de empréstimos de ações, devolveu apenas 7.240.730 ações. A companhia também efetuou o pagamento de opções de compra no valor total de R\$38.974 ao Credit Suisse, devido ao valor médio da ação (R\$10,34) ter sido superior ao preço de exercício das opções flexíveis de compra (R\$6,0094) na data do vencimento.

Outra deliberação da Cemig de distribuição de juros sobre capital próprio, ocorrida em setembro de 2022, ocasionou novo ajuste na quantidade de ações emprestadas ao Credit Suisse. A Companhia foi notificada e deve emprestar 1.992.816 ações CMIG4 ao Credit Suisse em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge. A formalização do empréstimo foi realizada por meio do décimo sexto aditamento do Contrato de Empréstimos de Ações, passando a Companhia ser lançadora de 110.112.884 opções de compra e titular da mesma quantidade de opções de venda.

Conforme avisos aos acionistas da CEMIG datados de 14 de dezembro de 2022 e 22 de dezembro de 2022, foi aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo da CEMIG a declaração de juros sobre capital próprio aos acionistas, causando um aumento de 4.284.302 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

A tabela abaixo apresenta o valor justo das opções, apurado por meio de cálculo usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade %	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
12/01/2023	45,765	0,0000	9.533.097	-	5,4415	9.533.097	51.874
12/07/2023	45,765	0,0000	9.533.097	-	5,2374	9.533.097	49.929
12/01/2024	39,794	0,0001	9.533.097	1	5,0657	9.533.097	48.292
12/07/2024	39,794	0,0012	9.533.097	11	4,9385	9.533.097	47.079
13/01/2025	46,399	0,0149	9.533.097	142	4,9496	9.533.097	47.185
14/07/2025	46,399	0,0280	9.533.097	267	4,8857	9.533.097	46.576
12/01/2026	42,487	0,0251	9.533.097	239	4,7431	9.533.097	45.216
13/07/2026	42,487	0,0353	9.533.097	337	4,6857	9.533.097	44.669
12/01/2027	42,720	0,0467	9.533.097	445	4,6312	9.533.097	44.150
12/07/2027	42,720	0,0564	9.533.097	538	4,5761	9.533.097	43.624
12/01/2028	43,759	0,0727	9.533.097	693	4,5474	9.533.097	43.351
12/07/2028	43,759	0,0808	9.533.119	770	4,495	9.533.119	42.852
TOTAL			114.397.186	3.443		114.397.186	554.797
Circulante				-			101.803
Não Circulante				3.443			452.994

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2021	AVJ (nota 21)	31/12/2022
Opções de Venda	9.729	(6.286)	3.443
Opções de Compra	471.221	83.576	554.797

9 Tributos a compensar

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL-INSS	a.	<u>2.992</u>	<u>1.013</u>
Tributos retidos	b.	<u>13.400</u>	<u>6.825</u>
Ativo Circulante		<u>16.392</u>	<u>7.838</u>
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL-INSS	a.	<u>6.335</u>	<u>18.218</u>
Ativo Não Circulante		<u>6.335</u>	<u>18.218</u>
Total		<u>22.727</u>	<u>26.056</u>

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, em exercícios anteriores, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP não compensados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Também estão incluídos o IRPJ e CSLL pagos por estimativa. O saldo remanescente será restituído e ou compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	(a)	<u>551</u>	<u>2.532</u>
Total		<u>551</u>	<u>2.532</u>

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Cemig	Copasa	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODEMGE	OUTROS	Total
Saldos em 31/12/2021	183.541	5.896	17.977	1.620	5.910	1	8	214.953
Custo das ações emprestadas	(60.332)	-	-	-	-	-	-	(60.332)
AVJ das ações emprestadas	(26.341)	-	-	-	-	-	-	(26.341)
Devolução de ações emprestadas(i)	84.114	-	-	-	-	-	-	84.114
AVJ Devolução de ações emprestadas (i)	27.453	-	-	-	-	-	-	27.453
AVJ Bonificação em ações	56.060	-	-	-	-	-	-	56.060
Ajuste a Valor Justo do exercício	(27.580)	1.383	-	125	(2)	-	(2)	(26.076)
Impairment	-	-	(677)	-	-	10	-	(667)
Saldos em 31/12/2022	236.915	7.279	17.300	1.745	5.908	11	6	269.164

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula 4.3 – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 10.014.971 ações CMIG4 (i) à MGI (2.774.241 ações com o vencimento da 6ª tranche de opções e 7.240.730 ações no vencimento da 7ª tranche de opções).

Toda a operação envolvendo empréstimo e devolução de ações por vencimento da 6ª e 7ª tranches, quantidades e valores, estão citadas na nota 7.e.

Em maio de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da CEMIG, dentre outros, uma bonificação de 29,999999976% em novas ações, gerando aumento de 5.032.304 ações CMIG4 (ii) no investimento da Companhia. Além da bonificação, houve também a deliberação por distribuição de dividendos, obrigando a MGI a emprestar 5.787.525 ações CMIG4 ao BICS.

Por meio de aviso aos acionistas, a Diretoria Executiva da Cemig deliberou pela distribuição antecipada de juros sobre capital próprio, acarretando no empréstimo de 1.992.816 ações CMIG4.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está representado por 21.267.040 ações preferenciais da Cemig (50 ações livres e 21.266.990 ações bloqueadas), 463.920 ações ordinárias da Copasa, 59.422 ações da Gerdau S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das Demonstrações Financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado.

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no período resultado positivo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e GERDAU S.A., e resultado negativo na COPASA conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2021	Quantidade de ações em 31/12/2022	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2021 (R\$)	Cotação em 31/12/2022 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2021	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2022
CEMIG	14.000.106	14.000.106	13,11	11,14	(1,97)	183.541	-	(27.580)	155.961
CEMIG(i)		2.774.241	10,0808	11,14	1,0592	-	27.967	2.938	30.905
CEMIG(ii)		5.032.304	-	11,14	11,1400	-	-	56.060	56.060
CEMIG (Nota 7e)		(5.787.525)	7,7544	11,14	3,3856	-	(44.879)	(19.594)	(64.473)
CEMIG(i)		7.240.730	7,7544	11,14	3,3856	-	56.148	24.514	80.662
CEMIG		(1.992.816)	7,7544	11,14	3,0056	-	(15.453)	(6.747)	(22.200)
COPASA	463.920	463.920	12,71	15,69	2,98	5.896	-	1.382	7.279
GERDAU	59.422	59.422	27,26	29,37	2,11	1.620	-	125	1.745
Totais						191.057	23.783	31.098	245.939

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 31/12/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 31/12/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2021
CEMIG	7.018.489	7.018.489	14,56	13,11	(1,45)	102.189	-	(10.177)	92.012
CEMIG		5.754.126	10,8177	13,11	2,2923	-	62.246	13.191	75.437
CEMIG		1.227.491	-	13,11	13,11	-	-	16.092	16.092
COPASA	463.920	463.920	16,40	12,71	(3,69)	7.609	-	(1.713)	5.896
GERDAU	59.422	59.422	24,45	27,26	2,81	1.453	-	168	1.620
Totais						111.251	62.246	17.561	191.057

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas bonificações de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cemig – Livres	50	40
Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	21.266.990	14.000.066
Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.e)	110.112.884	87.061.380
	131.379.924	101.061.486

12 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2022 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2021	Movimentação	Atualização	Amortização Principal	Amortização juros	Saldo em 31/12/2022
Debêntures Subordinadas						
Passivo circulante	1.125.894	-	59.860	(969.252)	(216.502)	-
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial						
Circulante	(55.404)	-	55.404	-	-	-
Total	1.070.490	-	115.264	(969.252)	(216.502)	-
 Debêntures 5ª emissão (c)						
Passivo circulante	72.240	47.745	77.469	(48.152)	(63.493)	85.809
Passivo não circulante	477.582	(47.745)	-	-	-	429.836
Total	549.822	-	77.469	(48.152)	(63.493)	515.645
 TOTAL DE DEBÊNTURES	1.620.312	-	192.733	(1.017.404)	(279.995)	515.645
 Passivo circulante	1.142.730	47.745	192.733	(1.017.404)	(279.995)	85.809
 Passivo não circulante	477.582	(47.745)	-	-	-	429.836

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas foi de 10 anos, e em cumprimento ao disposto na Escritura de Emissão de Debêntures, a emissora é obrigada a realizar o pagamento integral de todos os títulos que estiverem em circulação pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário e Juros. O vencimento final ocorreu em 24 de julho de 2022. A quitação ocorreu mediante dação em pagamento de parte do saldo dos direitos creditórios autônomos – R\$1.185.343 (NE 7c) correspondentes a 181.837 debêntures – e mediante pagamento em espécie de 63 debêntures que totalizaram R\$411. A quitação das debêntures subordinadas mediante dação em pagamento com o ativo Direito de Crédito Autônomo está prevista na Escritura de 2ª Emissão de debêntures subordinadas.

b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 21.266.990 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

13 Obrigações por repasses

		31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	10.473	8.330
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	2.130	1.009
Créditos de terceiros	c.	630	244
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d.	2.239	9
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d.	-	2.160
Outras obrigações CP		76	267
		15.548	12.019
Circulante		15.548	9.859
Não Circulante		-	2.160

- a) Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas respeitando o limite do fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;

- b) Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c) Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- d) Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160), conforme descrito na nota 7 c. e valores a repassar referente a rendimento de aplicação financeira nas vendas de imóveis (R\$79).

14 Passivos contingentes

a. Provisionados

A Companhia é parte em ações judiciais cível na qual, a Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, entende que a provisão para contingência de honorários de sucumbência fixados em Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, que determinou a anulação da alienação do controle acionário do Banco Agrimisa, é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes da decisão. Da mesma forma, a opinião legal obtida demonstra que outras decisões definitivas em processos vinculados não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

A provisão refere-se à ação de execução provisória de honorários advocatícios nº 0914360-98.2003.8.13.0024, proposta nos autos da Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, cuja decisão determinando o desfazimento da transação transitou em julgado em meados de fevereiro de 2022. A Companhia analisa a possibilidade de propositura de medida judicial juntamente com as demais partes sucumbentes com a finalidade de reverter a decisão judicial. Em caso de perda serão devidos os honorários advocatícios de sucumbência, cujo valor atualizado até a data dessas Demonstrações Financeiras é de R\$10.704 conforme fator de correção monetária da CGJ/TJMG.

b. Não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação do Conselho Gestor, os principais processos judiciais e administrativos da Companhia, avaliados como perda possível, estão abaixo relacionados. Nenhuma provisão contábil foi constituída em relação a esta classificação de acordo com as normas CPC e IFRS.

b.1. Processos Cíveis

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. A decisão determinando o desfazimento da venda do Banco transitou em julgado em meados de fevereiro de 2022. Todavia, ainda não foi determinado cumprimento de sentença. Nesse caso, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-d). O valor atualizado da causa é de R\$185.628, atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas Demonstrações Financeiras. O processo teve seu trânsito em julgado no qual foi sentenciado o desfazimento da alienação e retorno do controle acionário do Banco para MGI. Os Consultores Jurídicos da Companhia estão estudando a possibilidade da propositura de ação rescisória para cancelar a decisão judicial. Não há provisões a realizar para o processo em questão, mesmo que seja inviável a proposição da ação rescisória.

- Refere-se ao processo nº 7344228-80.2005.8.13.0024, proposto contra a Companhia em 24 de maio em 2005, cujo o objeto é a condenação no pagamento do valor atualizado de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de compra e venda das ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A. (indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não-reembolsadas pela MGI), além de indenização por perdas e danos decorrentes desse inadimplemento contratual. A decisão judicial de segunda instância afastou a indenização por perdas e danos, manteve a condenação da MGI no pagamento das indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não reembolsadas pela MGI e expressamente determinou a compensação de créditos e débitos entre a MGI e a Góes Cohabita Participações Ltda. A compensação seria entre o valor da condenação atualizada aproximadamente em R\$ 203.804, e os créditos referentes a duas ações de execução contra a Góes - Nº 0761072-14.1995.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 508.045 e Nº 0217879-64.1999.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 34.200. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível, e o crédito supera o débito quando da compensação.

b.2. Processos Tributários

- A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos (Nota 18.a), utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria em confissão de dívida tributária e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal. Em outubro de 2022 a Companhia teve sua manifestação indeferida e foi lavrado auto de infração por Auditor da RFB autuando a Companhia no recolhimento da diferença de alíquota nas contribuições para PIS e COFINS, conforme já mencionado acima, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019. O montante da autuação foi de R\$12.269. A Companhia apresentou pedido de impugnação. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado possível em 31 de dezembro de 2022 (remoto em 31 de dezembro de 2021).

15 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	138.655	88.040
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	47.119	29.910
Receita de dividendos	(21.241)	(19.513)
Encargos Financeiros com opções	22.816	15.141
Provisão/Reversão para perda de investimentos	227	(1.651)
Impairment Direitos creditórios	(45.979)	(49.022)
Ajuste a valor justo (i)	9.312	31.806
Provisão para Contingências	3.639	-
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(4.775)	(2.008)
Programa de Alimentação do Trabalhador	(197)	(83)
Tributo diferido não constituído	-	-
Total Imposto de renda e contribuição social	10.921	4.580
Alíquota Efetiva	7,88%	5,12%
Base de cálculo positiva/(negativa - Prejuízo Fiscal) (a)	32.769	13.784

- i. Ajustes a valor justo referente às ações da Cemig, Opções Flexíveis de ações e Direitos de Créditos Autônomos conforme consta na Demonstração do Resultado e Nota 21, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 7.c) e Debêntures (nota 12).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 31 de dezembro de 2022 assim como sobre diferenças temporárias, no valor total de R\$68.090, que seriam registrados no ativo diferido, não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios. A Companhia controla os saldos somente no Lalur, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados por meio de outros resultados abrangentes conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	71.343	40.243
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	17.834	10.060
Contribuição social (9%)	6.421	3.622
Passivo fiscal diferido	24.255	13.682

Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2021	13.682
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2022	13.682
Outros Resultados Abrangentes	31.096
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	7.774
Contribuição social (9%)	2.799
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	10.573
Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2022	24.255

16. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

		31/12/2022					
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos							
Circulante:		14.731	-	461	-	-	15.192
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a;b;c;g	14.731	-	461	-	-	15.192
Não Circulante:		34.165	-	-	-	-	34.165
Contas a receber	7.c, b	34.165	-	-	-	-	34.165
Passivos							
Circulante		4.369	-	-	-	-	4.369
Obrigações por Repasse	13.b.d	4.369	-	-	-	-	4.369

		31/12/2022					
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas		1.250	178.808	1.282	178	4	181.522
Serviços Prestados	18	1.250	-	-	-	-	1.250
Participações Acionárias	18.b	-	178.808	1.282	178	4	180.272
Impairment	11	-	-	(677)	-	-	(677)
Outros Resultados Abrangentes	11	-	29.592	-	1.383	-	30.975
Custo com Debêntures 2ª Emissão	12	59.860	-	-	-	-	59.860

31/12/2021							
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos							
Circulante:		1.071.054	-	850	-	9	1.071.913
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a,b, c	1.071.054	-	850	-	9	1.071.913
Não Circulante:		-	-	-	-	-	-
Contas a receber	7.c, g	-	-	-	-	-	-
Passivos							
Circulante		1.071.508	-	-	-	-	1.071.508
Obrigações por Repasse	13.b.d	1.018	-	-	-	-	1.018
Debêntures 2ª emissão	12	1.070.490	-	-	-	-	1.070.490
Não Circulante		2.160	-	-	-	-	2.160
Debêntures 2ª emissão	12	-	-	-	-	-	-
Obrigações por Repasse	13	2.160	-	-	-	-	2.160

31/12/2021							
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas		1.216	112.479	1.000	438	4	115.137
Serviços Prestados	18	1.216	-	-	-	-	1.216
Participações Acionárias	18.b	-	112.479	1.000	438	4	113.921
Impairment	11	-	-	1.355	-	(14)	1.341
Outros Resultados Abrangentes	11	-	19.106	-	(1.713)	-	17.393
Custo com Debêntures 2ª Emissão	12	40.421	-	-	-	-	40.421

As operações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração acumulada do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	31/12/2022	31/12/2021
Diretoria	860	799
Conselho de Administração	301	272
Honorários	1.161	1.071

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

No exercício de 2022, até 31 de dezembro, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$107.462, sendo R\$4.388 (sem emissão de novas ações e cuja Assembleia Geral Extraordinária autorizando o aumento de capital aconteceu em 22 de dezembro de 2016); R\$90.256 (sem emissão de novas ações e cuja Reunião do Conselho Administrativo autorizando o aumento de capital ocorreu em 26 de janeiro de 2016); e R\$12.818 (sem emissão de novas ações com autorização do Conselho de Administração em reunião ocorrida em 20 de dezembro de 2017), integralizando capital.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/12/2022 e 31/12/2021	
	Quantidade de	
	Ações	%
Acionistas		
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%

Em 31 de dezembro de 2022, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.351.692 e o capital social a integralizar no valor de R\$191.106.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.190.006 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, sendo que desse total, o valor de R\$1.190.006 foi reclassificado da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2022 é R\$1.332.830 (R\$1.225.368 em 31 de dezembro de 2021).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	31/12/2022	31/12/2021
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439
Resultado do exercício	127.734	83.460
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	222,36	145,29

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2022 e 31/12/2021, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

18. Receitas

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de serviços	1.250	1.216
Receitas de recuperação de créditos	6.347	4.051
Receitas de atualização de créditos	a. 59.081	50.682
Receita de participação acionária	b. 182.067	116.078
Receitas de vendas de imóveis	211	143
Ajuste a valor justo de DCA	7c. 210	2.547
Impostos sobre serviços (ISS)	(62)	(61)
PIS/COFINS	(11.748)	(5.922)
Receita Total	237.356	168.734

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.

- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Cemig - parte relacionada	178.808	112.479
Copasa - parte relacionada	178	438
Gerdaul	1.785	2.149
Bemge	10	8
BDMG - parte relacionada	1.282	1.000
Codemge - parte relacionada	4	4
Total	182.067	116.078

19. Custos

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	3.138	2.642
Obrigações por repasse	4.311	1.753
Serviços de terceiros	769	649
Custas judiciais	272	450
Juros sobre debêntures	a 136.924	82.647
Encargos financeiros com opções	b 67.107	44.532
Amortização de custos de transação	405	405
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	55.404	87.991
Custos dos imóveis vendidos	c 205	179
Demais custos	688	83
Custos Total	269.223	221.331

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.
 b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).
 c. Refere-se ao custo dos imóveis incorporados da subsidiária EMIP e vendidos no exercício.

20. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	30.525	9.885
Receitas de atualização de créditos	1.719	1.031
Juros Ativos	974	-
PIS/COFINS	(4.291)	(2.864)
	28.927	8.052
Despesas Financeiras		
IOF	(240)	(5)
Outras despesas	(24)	(2)
	(264)	(7)
Resultado Financeiro Líquido	28.663	8.045

21. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes a valor justo			
Ganho (perda) de AVJ ações da Cemig emprestadas	7.e	109.066	(13.917)
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	(6.286)	(16.128)
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra	8	(83.576)	11.815
Ganho de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	8.601	10.127
		27.805	(8.103)

22. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital destinados a repasses aos convênios, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$104.382 até 31 de dezembro de 2021, tendo sido o montante de R\$1.011 integralizado em 2021, restando R\$114.424 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2022.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício de 2022, o montante de R\$915 referente a parcelas de convênios e efetuou gastos com publicações de convênios de R\$2. Apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$1.800. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$4.389 no período, a variação líquida foi negativa em R\$1.672, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.174.121 em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.172.449 em 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2021	Movimentação			31/12/2022
	Saldo inicial	Rendimentos	Devoluções	Repasses / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
Secretarias					
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.117	32	(17)	-	5.132
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	3	-	-	1.903
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.133	377	(331)	-	89.179
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.652	14	(48)	-	14.618
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.052	9	(1)	-	20.060
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	999.420	1.364	(3.430)	917	998.271
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.935	1	(532)	-	34.404
Sec. Est. Governo – SEGOV	5.312	-	(31)	-	5.281
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.174.121	1.800	(4.389)	917	1.172.449

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2022, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	176	73.701
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	645	393.197
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	317	639.811
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	366	110.026
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	8	6.031
Com medidas administrativas	6	1.695
Aguardando decurso de prazo para apresentação	3	1.290
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.225.751
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		197
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		4.602
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas		(58.101)
(=) Saldo de Convênios em 31/12/2022		1.172.449

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

- a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;
- b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;
- c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;
- d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;
- e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos. ”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas Demonstrações Financeiras, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022 Divulgado		31/12/2022	Ajuste	31/12/2022 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	223.151	(17.557)	205.594	Obrigações por repasse - convênios	1.190.006	(1.190.006)	-
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	2.537.281	(1.172.449)	1.364.832	Outros	2.051.574	-	2.051.574
Outros	481.148	-	481.148				
Total do ativo	3.241.580	(1.190.006)	2.051.574	Total do passivo e PL	3.241.580	(1.190.006)	2.051.574

	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021 Divulgado		31/12/2021	Ajuste	31/12/2021 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	197.158	(15.885)	181.273	Obrigações por repasse - convênios	1.190.006	(1.190.006)	-
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.455.395	(1.174.121)	2.281.274	Outros	2.790.927	-	2.790.927
Outros	328.380	-	328.380				
Total do ativo	3.980.933	(1.190.006)	2.790.927	Total do passivo e PL	3.980.933	(1.190.006)	2.790.927

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Demonstrações Financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

(i) Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

A fim de assegurar a fidedignidade das Demonstrações Financeiras, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável.

(ii) Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.d

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(iii) Outras contas a receber

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iv) Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.e e 8)

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros					
Ativo	Posição em 31/12/2022	Posição em 31/12/2021	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	1	2	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	-	603	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	11	5	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	72.637	2.876	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	110.902	70.028	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	10	9	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	204.668	179.729	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	3.443	9.729	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.226.658	1.141.375	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.618.330	1.404.356			

(*) Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (18,21% em 30 de junho de 2022).

Destacamos que a Companhia encerrou sua conta na instituição Mercantil do Brasil, de modo que, atualmente, todas as contas correntes e aplicações financeiras da MGI estão em bancos com rating Aa1 pela Agência Moody's.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Exercício findo em 31/12/2022						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	240	-	-	-	-	240
Debêntures Subordinadas	-	-	-	-	-	-
Debêntures 5ª Emissão	61.735	-	24.074	190.986	238.850	515.645
Obrigações por repasse	2.760	2.315	10.473	-	-	15.548
Contrato de opções flexíveis	51.874	-	49.929	366.791	86.203	554.797
Total	116.609	2.315	84.476	557.777	325.053	1.086.230

Exercício findo em 31/12/2021						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	182	-	-	-	-	182
Debêntures Subordinadas	-	-	1.070.490	-	-	1.070.490
Debêntures 5ª Emissão	48.164	-	24.076	240.760	236.822	549.822
Obrigações por repasse	-	267	9.592	2.160	-	12.019
Contrato de opções flexíveis	-	-	61.085	339.013	71.123	471.221
Total	48.346	267	1.165.243	581.933	307.945	2.103.734

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. A Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relativo a alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. Risco relacionado ao mercado de capitais

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. Risco relacionado à taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das Demonstrações Financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	182.633	71.374
Aplicações financeiras vinculadas	205.594	181.273
Total de direitos creditórios (a)	45.717	1.070.490
Debêntures	(515.645)	(1.620.314)
Saldo líquido de exposição	(81.701)	(297.177)

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de dezembro de 2022, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)				
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Aumento do CDI	-	2.788	5.576
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *		13,65	17,06	20,48

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 30 de dezembro de 2022, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 11,75%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 1,50% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,0051%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/12/2022	Variação de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL (%)
Cemig	236.915	1.564	0,1698
Copasa	7.279	48	0,0051
Cemig Emprestadas	1.226.658	12.267	1,3167
Gerdau	1.743	12	0,0012

Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de pagamentos pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				11,14	13,93	16,71
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2022	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/01/2023	9.533.097	5,68	51.874	186	26.784	53.286
Tranche vincenda em 13/07/2023	9.533.097	5,68	49.929	2.131	28.729	55.231
Total			101.803	2.317	55.513	108.517
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2022	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/01/2023	9.533.097	2,78	-	-	-	-
Tranche vincenda em 13/07/2023	9.533.097	2,78	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de dezembro de 2022, o capital de terceiros representa 120% do Patrimônio Líquido da Companhia. No exercício ocorreu alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2021, quando esse índice era de 319%.

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/12/2022	%	31/12/2021	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		25.317	2,2	18.415	0,9
Opções Flexíveis de Compra	8	101.803	9	61.085	2,9
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	12	-	-	1.070.490	50,4
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	85.809	7,6	72.240	3,3
Subtotal Passivo Circulante		212.929	18,8	1.222.230	57,5
Passivo não circulante					
Passivo Operacional (*)		24.255	2,1	15.842	0,7
Opções Flexíveis de Compra	8	452.994	40,2	410.136	19,3
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	429.836	38	477.582	22,5
Provisão para Contingências	14	10.704	0,9		
Subtotal Passivo não circulante		917.789	81,2	903.560	42,5
Passivo Total		1.130.718	100,0	2.125.790	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	526.865	526.865	1.394.003	1.394.003
Caixa e equivalente de caixa	182.634	182.634	71.979	71.979
Títulos e valores mobiliários	205.594	205.594	181.273	181.273
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	92.920	92.920	70.261	70.261
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	45.717	45.717	1.070.490	1.070.490
Ao Valor Justo por meio do resultado	1.230.101	1.230.101	1.151.104	1.151.104
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.226.658	1.226.658	1.141.375	1.141.375
Contratos de opções flexíveis	3.443	3.443	9.729	9.729
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	269.164	269.164	214.953	214.953
Outros investimentos	269.164	269.164	214.953	214.953
Passivo Financeiro ao custo amortizado	531.433	531.433	1.632.513	1.632.513
Fornecedores	240	240	182	182
Obrigações por repasse	15.548	15.548	12.019	12.019
Debêntures	515.645	515.645	1.620.312	1.620.312
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	554.797	554.797	471.221	471.221
Contratos de opções flexíveis	554.797	554.797	471.221	471.221

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.
- **Debêntures** - são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após foram mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.

- **Obrigação por repasse** – as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustadas ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em conformidade com as características e perfil de risco associados à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

1. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 31/12/2022	Valor justo em 31 de dezembro de 2022	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.e	1.226.658	1.226.658	-
Contratos de opções flexíveis	8	3.443	3.443	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	245.939	245.939	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	23.225	-	23.225
		1.499.265	1.476.040	23.225

A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Aço Minas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, consequentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Para esses investimentos, a Companhia executa os seguintes procedimentos para assegurar que os valores contabilizados não excedem o seu valor recuperável: (a) para empresas que publicam suas Demonstrações Financeiras, a mensuração é feita por meio de consulta às DF's publicadas. (b) para empresas que não publicam suas demonstrações financeiras, é realizada consulta ao departamento de relações com investidores para se obter o valor patrimonial das ações. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo histórico, limitado ao seu valor patrimonial atual, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	470	-
TOTAL	3.470	3.000

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

25. Eventos Subsequentes

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação e não foi identificado nenhum caso que tenha efeito sobre suas operações.

Conselho de Administração

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes - Vice-Presidente
Ricardo Lopes de Alvarenga - Membro
Silvia Caroline Listgarten Dias – Membro
Marcos Antônio Alves Penido - Membro
Felipe Magno Parreiras de Sousa – Membro
Reges Moises dos Santos - Membro

Diretoria Executiva

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente
Nilma Alves dos Santos Gonçalves - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores
Danielle Cristine de Faria - Diretor de Negócios

Contador responsável

Jefferson Lucas de Melo
CRC/MG 110.042/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, com base no *draft* do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S sobre eles emitidos e nas Atas 001/2023 e 002/2023 do Comitê de Auditoria Estatutário, opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Belo Horizonte, 14 de março de 2022

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira - Presidente

Felipe Afonso Costa - Conselheiro

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - Conselheira

ATA 002/2023 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUD REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 08 dias do mês de março de 2023, às 10 horas e 30 minutos, na sede da MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Papa Joao Paulo II, nº 4001, Edifício Prédio Gerais, 4º andar, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901 e por vídeo conferência.

2.CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes os membros, Gilson de Oliveira Amaral, Eder de Rezende e Guilherme Augusto de Melo Almeida, representando 100% dos membros do colegiado. Participaram como a Sra. Micilene Assis Miranda - Gerente de Auditoria Interna (GEAUD) da MGI, Sr. Ivo Saliba Regis – Superintendente Administrativo-Financeiro e de Governança, o Sr. Jefferson Lucas de Melo – Gerente de Controladoria, as representantes da Ernst & Young Independentes (EY): Sras. Cláudia Pinheiro, Marina Couto e Letícia Berberich. Secretariando a reunião, a Sra. Cristilaine Héllen Ribeiro Azevedo – titular do Núcleo de Integridade e Gestão de Riscos (NIGR).

3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Coordenador do Comitê, Sr. Gilson de Oliveira Amaral.

4. ORDEM DO DIA: Discussão das Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31/12/2022.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião, foi apresentado e discutido o assunto constante da ordem do dia:

5.1. O Sr. Gilson - Coordenador do Coaud - iniciou a reunião passando a palavra para à Sra. Cláudia Pinheiro, que apresentou o plano de trabalho para emissão do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, informando:

(i) O escopo dos trabalhos; (ii) os principais assuntos de contabilidade e auditoria, destacando a mensuração dos direitos creditórios autônomos; (iii) análises realizadas por especialistas em *tax* (tributos) e *valuation* (valor justo); (iv) procedimentos de confirmações externas – Circularizações; (v) discussão de fraude, transações não usuais e eventos subsequentes; (vi) Comunicações requeridas referentes a procedimentos realizados pela EY para confirmação de independência da empresa e de todos os membros envolvidos na auditoria e, principalmente, (vii) a inexistência de fatos ou distorções que impliquem em ajustes nas Demonstrações Financeiras de 2022.

5.2. Encerrada a apresentação o Sr. Gilson perguntou se houve algum ajuste no balanço patrimonial das Demonstrações Financeiras apresentadas na última reunião, datada de 08/02/2023, tendo o Sr. Jefferson respondido negativamente.

5.3. O colegiado informou que não recebeu até a presente data registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

6. RECOMENDAÇÕES: O colegiado - ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação - considerando, ainda, a ausência de ressalvas no Relatório dos Auditores Externos, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, pelo Conselho de Administração.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Cristilaine Hellen Ribeiro Azevedo, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada pelos membros do Comitê de Auditoria como, também, por mim.

Belo Horizonte, 08 de março de 2023

Gilson de Oliveira - Coordenador

Eder de Rezende - Membro

Guilherme A. de Melo Almeida - Membro